

## Senado vai ao STF pela PEC dos Vereadores

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, anunciou que recorrerá ao Supremo contra decisão da Câmara dos Deputados de não promulgar a proposta que cria 7.343 vagas de vereador. **3**



Gerardo Magela

## Orçamento é aprovado com corte de despesa de R\$ 11,7 bi



Gerardo Magela

O Congresso Nacional aprovou ontem o Orçamento da União para 2009 com um corte de R\$ 11,7 bilhões nas despesas previstas pelo Executivo. O relator da proposta orçamentária, Delcídio Amaral, afirmou que houve preocupação em preservar os programas sociais e os investimentos do PAC. **4 e 5**

Parlamentares comemoram aprovação da proposta orçamentária, que compensou perda líquida de R\$ 2,4 bilhões em função da crise financeira internacional

## Congresso promulga PEC que regulariza 57 municípios

Aprovada pelo Senado na madrugada de ontem, a proposta de emenda à Constituição que regulariza a criação de 57 municípios foi promulgada à tarde pelo Congresso Nacional. Esses municípios corriam o risco de desaparecer por causa de problemas legais, como observou Eduardo Azeredo, relator da matéria. **3**

## Meirelles: Brasil vai crescer acima da média

A falta de crédito externo está afetando o Brasil, mas o país vai crescer acima da média mundial

em 2009, afirmou ontem o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Os senadores que

participaram de debate com Meirelles queixaram-se das altas taxas de juros no país. **7**

À mesa com Aloizio Mercadante, Henrique Meirelles (E) participa de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos



Márcio Kolumbe

## MSU quer mudar acesso a universidade

Representante do Movimento dos Sem Universidade (MSU) diz que sistema de cotas não cria racismo. **2**

## Critérios para representação no Parlasul

Representação Brasileira discute critérios para definição do número de representantes no parlamento. **2**

Presidentes dos Estados membros do Mercosul deverão apresentar no primeiro semestre de 2009 proposta sobre número de representantes de cada país no Legislativo do bloco

# Critérios para representação no Parlasul podem sair logo

OS CRITÉRIOS PARA a definição do número de representantes por país no Parlamento do Mercosul (Parlasul) voltaram a ser discutidos na primeira reunião da Representação Brasileira, na manhã de ontem, em Montevideu. O presidente do Parlasul, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), anunciou o apoio da 36ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, ocorrida no último dia 16 na Costa do Saúipe (BA), à iniciativa dos parlamentares.

Em comunicado conjunto

dos Estados-parte do bloco, os chefes de Estado registraram o compromisso assumido pelo Parlasul de apresentar, até o dia 30 de junho do próximo ano, uma proposta sobre o critério de representação e a realização de eleições diretas de parlamentares do Mercosul, de acordo com os respectivos sistemas eleitorais.

Dr. Rosinha, que esteve presente ao encontro na Bahia, assinalou que a representação do Paraguai concordou com

a necessidade de estabelecer critérios, mas ainda persistem divergências quanto ao número de parlamentares. O presidente do Parlamento do bloco comercial disse que, no primeiro trimestre de 2009, haverá uma reunião da Mesa Diretiva do órgão com os chanceleres dos países membros para definir a questão. Ele informou que ainda ontem solicitaria a todas as representações que apresentem suas propostas concretas para iniciar as negociações.



Marco Maciel (E), ao lado de dirigentes de instituições, preside audiência na CCJ

## Educafro pede a aprovação de cota para aluno da rede pública

O representante da entidade Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro), frei David Santos, pediu aos senadores a aprovação do projeto que reserva metade das vagas nas universidades e escolas técnicas federais para quem cursar todo o ensino médio em escolas públicas.

Em audiência pública realizada ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ele sugeriu que o PLC 180/08 seja aprovado da forma como está para não ter de voltar ao exame da Câmara.

O presidente da CCJ, Marco Maciel (DEM-PE), afirmou esperar que o Congresso chegue a um consenso sobre o assunto.

Na opinião de frei David, a proposta precisa ser aprovada para que possa beneficiar ime-

diatamente pobres, negros e índios. Propôs que os pontos do projeto que se mostrarem insuficientes ou conflitantes sejam aperfeiçoados futuramente, como aconteceu, segundo lembrou, com a Constituição brasileira, que após a promulgação já recebeu mais de 60 emendas.

O representante do Movimento dos Sem Universidade (MSU), Sérgio José Custódio, ressaltou que o ensino superior chegou ao Brasil com a vinda da família real e, desde então, há uma lei "quase natural, que se afirma por séculos", de acesso à educação superior apenas das classes com mais recursos financeiros.

Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), no que diz respeito a ingresso em universidades públicas, o negro deveria ter tratamento especial.

## Proposta recebe críticas de professora e advogado

"Por que introduzir a 'raça' como critério de distribuição de justiça?", indagou a professora de Antropologia Cultural da Universidade Federal do Rio de Janeiro Yvone Maggie.

Contrária ao projeto, a professora criticou artigo do PLC 180 que estabelece o preenchimento das vagas das universidades públicas previstas no sistema de cotas por estudantes negros, pardos e indígenas.

Para o advogado da Afrosol-Lux Promotora de Soluções em Economia Solidária, José Rober-

to Ferreira Militão, o problema é que, ao tentar promover uma política de inclusão por meio de cotas raciais, o governo acaba criando também uma política de exclusão por meio desse mesmo aspecto racial.

O senador Demostenes Torres (DEM-GO) afirmou que o pronunciamento de José Roberto Ferreira Militão foi um dos mais brilhantes que já ouviu sobre o assunto.

– Se tinha alguma dúvida sobre o sistema de cotas, já não a tenho mais – revelou.

## Ideli reclama da versão enviada pela Câmara

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) argumentou, durante a audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça, que as dificuldades na tramitação da proposta de cotas resultam do apensamento, pela Câmara dos Deputados, de vários projetos diferentes.

Segundo afirmou, a proposi-

ção de sua autoria deveria encabeçar as demais matérias, uma vez que já havia sido aprovada pelo Senado.

Por sua vez, Demostenes Torres (DEM-GO) considerou que o projeto, da maneira como veio da Câmara, não está claro e pode causar mais dúvidas do que certezas.



Sob o comando de Dr. Rosinha, Parlasul discute em Montevideu regras para escolha dos membros da instituição

## Papel de cooperativas na integração gera debate

O Parlamento do Mercosul realizou ontem, em Montevideu, seminário denominado "As Cooperativas, Instrumentos para Construir Integração". No encontro, os parlamentares debateram a proposta de estatuto aprovada em reunião dos presidentes dos países integrantes do bloco, em 30 agosto de 2007, para as cooperativas do Mercado Comum do Sul.

A proposta visa promover a integração regional por meio da harmonização e sistematização das normas legais e tributárias nas áreas de fronteira dos países integrantes do bloco econômico. Essa foi a primeira iniciativa encaminhada pelos presidentes para apreciação do Parlasul e atende à Recomendação 193/02 da Organização Internacional do Trabalho.

## Parlamentares esperam ingresso da Venezuela

A aprovação na quarta-feira, pela Câmara dos Deputados, do ingresso da Venezuela no Mercosul foi comemorada ontem pelos parlamentares brasileiros que atuam no Parlamento do Mercosul.

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) disse que não tem dúvidas de que a integração da Venezuela ao Mercosul passará fácil no Senado.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) reconheceu que existem resistências pontuais na Casa ao ingresso da Venezuela, mas acredita que elas não impedirão a aprovação da proposta e nem mesmo se constituirão em obstáculo. O senador disse que também vem advogando o ingresso de outros países.

## Cançado vê nova relação entre Estados e tribunais

Eleito para integrar a Corte Internacional de Justiça, em Haia, Holanda, o professor Antônio Augusto Cançado Trindade recorreu a sua experiência como ex-presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos para expressar seu otimismo em relação ao futuro posto. Durante audiência pública promovida ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), ele disse ter recebido, de países que condenou por violações de direitos humanos, muitos dos votos necessários à sua eleição para integrar o tribunal.

– Condenei muitos Estados, mas todos os de nossa região me apoiaram com seus votos. Isso seria impensável há alguns anos e demonstra a

existência de uma mudança de mentalidade, pois os Estados hoje sabem o que é e o que deve ser um tribunal internacional – assinalou o professor, que tomará posse em fevereiro



Cançado (E) fala à CRE junto a Suplicy, que preside a reunião

Cançado afirmou ainda ser contrário à criminalização dos migrantes sem documentos que vem sendo adotada por países desenvolvidos. Em sua opinião, as fronteiras foram abolidas apenas para os capitais, mas não para as pessoas. Autor do requerimento para a realização da

audiência, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) – que presidiu a reunião – também reiterou sua preocupação com a situação dos migrantes e disse estar satisfeito com o anúncio de anistia aos imigrantes irregulares que se encontram no Brasil.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário

A sessão às 9h é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores. Entre os inscritos, estão José Nery (PSOL-PA), Jefferson Praia (PDT-AM) e Gilberto Goellner (DEM-MT).

## PEC regulariza criação de 57 municípios

A proposta de emenda à Constituição que regulariza a criação de 57 municípios foi promulgada ontem pelo Congresso, após ser aprovada pelo Senado durante a madrugada. Esses municípios corriam o risco de “desaparecer” devido a problemas legais.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que foi um dos relatores da matéria (PEC 57/08), explicou no início do mês que o risco de extinção remete à Emenda Constitucional 15, de 1996, que estabeleceu restrições à criação de novos municípios. Esse dispositivo prevê que a criação – além da fusão e do desmembramento – de municípios tem de ser realizada a partir de regras ditadas por lei complementar federal. Mas, como não houve, desde então, a aprovação de uma lei complementar com essas regras, municípios foram criados sem o devido amparo legal, inclusive elegendo prefeitos e vereadores.

### Liminares

A existência da maioria desses municípios vem sendo questionada no Supremo Tribunal Federal (STF) – vários só continuaram a existir devido a liminares judiciais. Em maio do ano passado, o STF apontou a demora do Congresso para votar a respectiva lei complementar e fixou um prazo de 18 meses para que isso ocorresse. A proposta aprovada ontem confirma a criação dos novos municípios ao acrescentar um artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Proposta aprovada ontem não pôde ser promulgada devido à recusa do presidente da Câmara de assiná-la. Arlindo Chinaglia alega que, devido às mudanças feitas pelos senadores, proposta terá de ser novamente examinada pelos deputados

# Senado vai ao Supremo para garantir promulgação da PEC dos Vereadores

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves, anunciou que recorrerá ao Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir a promulgação da proposta de emenda à Constituição (PEC 20/08) que cria 7.343 vagas de vereador. A matéria, originária da Câmara dos Deputados, foi aprovada na madrugada de ontem no Senado, mas o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, anunciou que não irá assiná-la, por decisão da Mesa, o que inviabiliza a sua efetivação como emenda constitucional.

Garibaldi lamentou a decisão da Mesa da Câmara e informou que o mandado de segurança, com pedido de liminar, será protocolado hoje no STF pela Advocacia do Senado. Em sua opinião,

“considerar que a Mesa de qualquer das Casas possa recusar-se a promulgar emenda constitucional validamente aprovada é conceder um verdadeiro poder de veto não previsto constitucionalmente”.

De acordo com a Agência Câmara, a decisão quanto à PEC que eleva o número de vereadores dos atuais 51.748 para 59.791 deveu-se ao fato de os senadores terem modificado o texto, retirando da proposta aprovada pela Câmara dispositivo que reduzia os gastos com vereadores de R\$ 6 bilhões para R\$ 4,8 bilhões anuais. Na avaliação de Chinaglia, “a PEC foi alterada substancialmente no Senado e, portanto, terá de retornar à Câmara para nova análise”.

O anúncio interrompeu discursão do relator da matéria, César Borges (PR-BA), sobre o assunto. Garibaldi ressaltou que a decisão do Senado de levar a questão dos gastos para uma PEC paralela tem precedentes nas reformas do Judiciário e da Previdência.

A decisão de Garibaldi e o pronunciamento de César Borges receberam apoio de senadores. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Heráclito Fortes (DEM-PI), Valter Pereira (PMDB-MS), Gim Argello (PTB-DF), Mão Santa (PMDB-PI), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Jayme Campos (DEM-MT) disseram que Garibaldi agiu em defesa da Casa. Heráclito e Gim Argello apelaram ao presidente do Senado para que estenda os esforços para um acordo até segunda-feira.

Caso o Senado ingresse com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal para garantir a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição 20/08, que aumenta o número de vereadores no país, a Câmara dos Deputados “não terá outra alternativa” senão contestar os argumentos apresentados. A afirmação é do presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, que, por decisão da Mesa daquela Casa, não aceitou participar da promulgação. A PEC foi aprovada pelo Senado na madrugada de ontem.



Mesa da Câmara foi fiel à decisão dos deputados em Plenário, diz Chinaglia

## Chinaglia afirma que contestará o Senado no STF

Chinaglia afirmou ter sido informado do recurso, por telefone, pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves. Em resposta ao senador, Chinaglia disse que a Mesa da Câmara havia sido fiel à decisão do Plenário, que condicionou a ampliação do número de vereadores a uma redução de despesas nos legislativos municipais. Em sua opinião, a Câmara não pode ser obrigada a participar da promulgação da proposta, que foi apenas parcialmente aprovada pelo Senado.

O presidente da Câmara admitiu que já ocorreram casos em que propostas de emenda à Constituição foram parcialmente promulgadas. Ele alertou, porém, para a necessidade de uma ação conjunta das duas Casas.

– Há precedentes, mas isso não obriga que uma Casa concorde com a outra – afirmou Chinaglia.



Relator da PEC no Senado, Borges afirma que Câmara agiu de forma contraditória

## César Borges diz que modificações têm respaldo

A decisão da Mesa da Câmara de não promulgar a chamada PEC dos Vereadores foi criticada por César Borges (PR-BA), que foi o relator da matéria no Senado.

O senador declarou que “a Câmara fez uma coisa contraditória ao aumentar o número de vereadores e, ao mesmo tempo, reduzir o repasse de recursos”.

Borges também disse que, ao retirar o dispositivo que reduzia os gastos das câmaras municipais e transformá-lo em outra proposição, ele teve o respaldo técnico da Consultoria Legislativa do Senado.

Citou ainda um parecer de Sepúlveda Pertence, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, que demonstraria a validade da promulgação da PEC com as modificações realizadas por ele.

## Valadares lamenta falta de diálogo com o Senado

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou a falta de disposição do presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, em buscar o diálogo após o Senado não ter acatado parte do texto da PEC dos Vereadores aprovado pelos deputados. A não-promulgação, disse Valadares, “pode levar a sociedade a pensar que o Senado aprovou uma matéria indecente”.

– No apagar das luzes de uma administração pífia como foi a do deputado Chinaglia, ele quer, para fazer acenos para a mídia, se notabilizar por dizer que não aprovou essa medida. Isso mostra a fraqueza de caráter do presidente da Câmara – disse.

Demostenes Torres (DEM-GO), Valter Pereira (PMDB-MS), João Pedro (PT-AM), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Expedito Júnior (PR-RO) também criticaram a Câmara.



Valadares: sociedade poderá pensar que Senado aprovou uma matéria indecente



Proposta foi aprovada no Senado por quase unanimidade, diz Expedito Júnior

## Expedito Júnior protesta contra decisão da Câmara

Expedito Júnior (PR-RO) protestou contra a não-promulgação da PEC dos Vereadores.

– Estou desapontado. A Câmara, ao se negar a assinar a PEC, desprestigiou o Senado. Não quero discutir se a proposta agrada ou não à imprensa, ao senador Aloizio Mercadante [PT-SP] ou a qualquer outra pessoa. A verdade é que o trabalho sério dos senadores foi feito em vão.

Expedito Júnior ressaltou que a proposta foi aprovada no Senado por quase unanimidade, com apenas cinco votos contrários. Ele lembrou ainda que a proposta (PEC 20/08) já havia sido acolhida na Câmara dos Deputados.

– Acredito que haja interesses não explicitados, mas vamos tentar novamente. O que não foi possível fazer em 2008, faremos em 2009 – prometeu.



Ao descerrar, ontem, placa inaugurando as novas instalações da Secretaria Geral da Mesa, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho – à esquerda na foto, ao lado da secretária-geral da Mesa, Cláudia Lyra, e dos senadores César Borges (PR-BA) e Gim Argello (PTB-DF) –, pediu a união dos funcionários da Casa na luta pelo fortalecimento da instituição, por sua independência e por suas responsabilidades perante a opinião pública.

# Congresso corta R\$ 11,7 bi das despesas orçamentárias do próximo ano

O CONGRESSO NACIONAL aprovou ontem o Orçamento da União para 2009 com um corte global de aproximadamente R\$ 11,7 bilhões nas despesas originalmente programadas pelo governo. A redução permitiu compensar uma perda líquida de receita (depois do cálculo do impacto sobre as transferências obrigatórias para estados e municípios) de R\$ 2,4 bilhões, além de assegurar novas despesas, incluindo mais R\$ 1,5 bilhão para a política de sustentação dos preços agrícolas e provisão para as emendas parlamentares.

Foi aprovada uma errata que garantiu a recomposição de R\$ 1,58 bilhão que havia sido, por engano, cortado do custeio da Previdência Social. A solução foi reduzir em 0,07 ponto percentual o superávit do governo, transferindo esse esforço de economia para o orçamento das estatais. Outra alteração criou uma reserva de estabilização fiscal, no valor de R\$ 2,5 bilhões, com montante que o governo espera arrecadar com a venda de imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal.

A reserva neutralizou a queda de receita líquida de R\$ 2,4 bilhões acolhida pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), na comparação com o projeto do

governo – medida adotada para ajustar a proposta às condições da economia em 2009, por causa da crise financeira internacional. Com revisão da projeção do produto interno bruto para 3,5%, a comissão calculou uma perda bruta de receita de R\$ 6,1 bilhões, mas a parcela de R\$ 3,6 bilhões incidiu sobre transferências para estados e municípios.

De acordo com Delcídio Amaral (PT-MS), relator-geral do Orçamento, a reserva dará ao governo condições para promover ajustes, inclusive atender ministérios que vinham pleiteando recomposição dos cortes de custeio, como o da Educação e o da Ciência e Tecnologia.

## Programas sociais

Delcídio disse que houve preocupação em preservar os programas sociais e os investimentos estruturantes, como os do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Os recursos para o Congresso sofrerem corte de R\$ 400 milhões de custeio de pessoal, obtidos, de acordo com o relator, com adiamento das contratações de novos concursados.

O senador justificou a decisão de mobilizar mais R\$ 1,5 bilhão para financiar a política de preços mínimos agrícolas, dobran-

do o volume de recursos para essa finalidade, como solução para garantir os excedentes de produção.

O Orçamento incorpora R\$ 8,4 bilhões em emendas de bancadas estaduais e mais R\$ 3,7 bilhões em sugestões de despesas apresentadas pelas comissões da Câmara e do Senado. As emendas individuais mobilizaram R\$ 5,9 bilhões.

A autorização que seria dada ao governo para anular até 10% das despesas carimbadas como subtítulo de ação foi retirada do texto. A modificação ocorreu para preservar a integralidade dos recursos das emendas individuais. O Executivo poderá remanejar por decreto apenas em caso de reforço de despesas de custeio.

O Orçamento sai do Congresso Nacional com o montante de R\$ 1,664 trilhão de receitas, considerando o fundo de estabilização. Do total, quase R\$ 79 bilhões são recursos do orçamento das estatais, e R\$ 1,58 trilhão, do orçamento fiscal e da seguridade social (incluindo os R\$ 631,7 bilhões referentes ao refinanciamento da dívida pública). As despesas com pessoal e encargos absorverão R\$ 168,8 bilhões. Os investimentos totalizam R\$ 47,4 bilhões.

# Senado aprova projeto que cria Fundo Soberano do Brasil

Objetivo é promover investimentos, formar poupança pública e fomentar programas de interesse estratégico do governo. Também recebeu o voto favorável do Plenário projeto que regulamenta a aquicultura

OS SENADORES APROVARAM na final da madrugada de hoje o projeto de lei da Câmara (PLC 164/08) que cria o Fundo Soberano do Brasil (FSB), de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério da Fazenda, com a finalidade de promover investimentos em ativos no país e no exterior, formar poupança pública e fomentar projetos de interesse estratégico do governo. De iniciativa do Executivo, a matéria visa ainda abrandar os efeitos dos ciclos econômicos. A oposição pediu verificação de quórum e entrou em obstrução, o que não impediu a aprovação do projeto, que vai à sanção. As cinco emendas foram rejeitadas.

Para Agripino, a aprovação do FSB é “um fato lesivo ao país e às prerrogativas do Congresso Nacional”, pois criará dificuldades para a “fiscalização do dinheiro público”. O senador Renato Casagrande (PSB-ES), que discursou a favor da aprovação do projeto, disse que a sociedade brasileira terá condições de fiscalizar a aplicação dos recursos do fundo, seja pelo Congresso, Ministério Público e outras instituições.

## O projeto

Segundo a proposta, os recursos do FSB serão usados exclusivamente para investimentos e inversões financeiras sob as seguintes formas: aquisição de ativos financeiros externos, mediante aplicação em depósitos especiais remunerados em instituição financeira federal ou diretamente, pelo Ministério da Fazenda; e por meio da integralização de cotas do Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização, a ser constituído.

De acordo com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, na exposição de motivos para apresentação do projeto, os fundos soberanos de riqueza assumem relevância crescente no sistema financeiro e monetário

internacional, e existe, atualmente, um volume de cerca de US\$ 3 trilhões administrados por esses ativos, representando cerca de 60% do total de reservas internacionais dos países emergentes.

Mantega argumenta que a experiência internacional aponta diversas vantagens, entre as quais a possibilidade de diversificar as aplicações, a obtenção de maior rendimento nas aplicações de recursos em moeda estrangeira e a estabilização das receitas fiscais.

Segundo o ministro, o FSB também dará maior transparência à gestão das reservas internacionais, além de mitigar efeitos de eventuais excessos de divisas sobre a taxa de câmbio, a dívida pública e a inflação.

O projeto proíbe que o fundo conceda garantias direta ou indiretamente e estabelece que as despesas relativas à sua operacionalização serão por ele custeadas. As aplicações em ativos financeiros terão rentabilidade mínima estimada por operação, ponderada pelo risco e equivalente à taxa Libor (London Interbank Offered Rate) de seis meses.

O aporte financeiro para compor o Fundo Soberano poderá atingir o equivalente a 0,5% do produto interno bruto (PIB) ainda em 2008. Em 2007, o PIB foi de R\$ 2,558 trilhões. Caso o produto interno bruto cresça 5% em 2008, conforme algumas previsões, será de R\$ 2,685 trilhões. Nesse caso, seriam destinados ao FSB R\$ 13,425 bilhões.



Senadores debatem o fundo, tido pelo governo como importante instrumento para abrandar crises

## Interrogatório por videoconferência vai à sanção

O Plenário do Senado aprovou quarta-feira a redação final do projeto que determina a realização de interrogatório judicial por meio de videoconferência. A proposição, já acolhida pela Câmara dos Deputados, segue agora para sanção presidencial. No entanto, como o texto trata a videoconferência em interrogatórios como regra, e não como uma opção – o que esbarraria em interpretação do Supremo Tribunal Federal (STF) posterior à apresentação do projeto –, a matéria poderá não ser sancionada.

De acordo com a proposição (PLS 139/06), do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE),

interrogatórios e audiências judiciais passariam a ser feitos “por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de presença virtual em tempo real”. Pelo texto, depoimentos presenciais seriam realizados apenas onde não houvesse condição técnica para o interrogatório a distância.

Conforme explicações da assessoria do senador, a medida esbarraria em posição adotada pelo STF segundo a qual o uso de videoconferência para interrogatório deve ser considerada como uma opção à disposição do juiz, a ser adotada em situação específica, requerendo inclusive a

concordância do réu.

Em novembro último, o Senado aprovou projeto de Aloizio Mercadante (PT-SP) que também trata do tema. A proposta prevê a aceitação excepcional do sistema de videoconferência. A matéria (PLS 679/07), acolhida na forma de substitutivo de Tasso Jereissati, passou na Câmara e aguarda sanção presidencial.

Jereissati destacou que o texto de Mercadante mantém como regra o interrogatório presencial. Com isso, disse o relator, o uso de videoconferência passa a ser regulamentado por lei federal, sem ferir o entendimento do STF de que o recurso é opcional.

## Projeto da política pesqueira volta à Câmara

Proposta da Câmara que institui a política pesqueira nacional e regulamenta a aquicultura foi aprovada quarta-feira pelo Plenário. A matéria, acolhida com emendas, retorna para exame dos deputados.

Antes da votação em Plenário, a proposta (PLC 29/03) recebeu voto favorável das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Nessa última, foi aprovado substitutivo do relator, Flexa

Ribeiro (PSDB-PA).

No Senado, a proposição foi ordenada em dez capítulos, reunindo 43 artigos. O objetivo inicial do projeto, de disciplinar a atividade pesqueira, foi expandido, passando a propor uma política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca. O texto, se transformado em lei, contribuirá para conciliar a preservação de ecossistemas aquáticos e o aproveitamento econômico dos recursos pesqueiros.

De acordo com o projeto, a regulamentação da política de pesca estabelecerá os regimes de captura, os períodos de paralisação obrigatória da

pesca e as áreas de reserva, que ficarão interditadas para a pesca. A fiscalização ficará a cargo de órgãos federais.

## Punição

Entre as mudanças aprovadas pelos senadores, está a que prevê sanção aos responsáveis por poluição em área de pesca. Segundo a matéria, o responsável pela poluição deverá indenizar os pescadores que sofrerem prejuízos resultantes da degradação ambiental de área. O texto também autoriza a criação de um sistema nacional de informação sobre pesca e aquicultura, que deverá ficar responsável por coletar e disseminar dados sobre o setor.



Em sessão que reuniu senadores e deputados, Garibaldi (E) acompanha a leitura do relatório por Delcídio Amaral

## Suplementação ainda para o Orçamento 2008

Cinco projetos de lei que concedem créditos extraordinários para o Orçamento da União de 2008 foram acolhidos ontem pelo Congresso Nacional. Agora seguem para sanção presidencial.

Não houve acordo, porém, para a aprovação de crédito extra que destinaria R\$ 14 bilhões ao Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização, formador do Fundo Soberano do Brasil. O projeto (PLN 54/08) foi retirado de pauta a pedido do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (PSDB-AM), pela líder do governo no Congresso, Roseana Sarney (PMDB-MA). A senadora explicou que continuava as negociações para tentar

chegar a um acordo e aprovar o mais breve possível o crédito suplementar.

O maior dos créditos acolhidos (PLN 79-08) destina cerca de R\$ 122 milhões para o Ministério do Meio Ambiente e da Integração Nacional, para, entre outros objetivos, implementar ações de fiscalização e combate ao desmatamento, gestão de resíduos sólidos e disponibilização de informações estatísticas sobre pesca.

Foi aprovado projeto de lei do Congresso (PLN 84/08) que destina crédito de R\$ 107 milhões para vários órgãos federais: o Senado, a Justiça Federal, Eleitoral e do Trabalho, entre outros. Os parlamentares ainda

foram favoráveis a projeto de lei (PLN 56/08) que destina R\$ 20 milhões ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para a criação do Centro de Excelência em Tecnologia Avançada (Ceitec) em Porto Alegre.

Acolhido também projeto de Lei do Congresso que concede recursos de R\$ 73 milhões aos ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, destinados à administração desses órgãos (PLN 66/08). Por último, foi aprovado o PLN 69/08, que abre em favor do Ministério da Saúde crédito no valor de R\$ 7 milhões. Entre as destinações desse recurso, estão ações de saneamento básico rural no estado do Piauí.

A previsão é de que ainda este ano sejam aportados ao fundo R\$ 13,4 bilhões

### Aposentadoria para extrativista segue à Câmara

Ontem, em segundo turno, o Plenário aprovou a proposta de emenda à Constituição que regulamenta a aposentadoria do extrativista vegetal no Regime Geral da Previdência Social (PEC 56/01). Pela proposta, que teve como primeira signatária a senadora Marina Silva (PT-AC), essa categoria terá direito à aposentadoria aos 65 anos de idade, se homem, e aos 60 anos, no caso das mulheres. A matéria segue para análise da Câmara dos Deputados.

### Estatuto dos Museus vai para sanção presidencial

Os senadores aprovaram ainda o projeto que cria o Instituto Brasileiro de Museus (PLC 191/08) e a proposta que institui o Estatuto dos Museus (PLC 115/2008). As matérias vão agora à sanção presidencial.

Outros projetos acolhidos: PLC 24/07, que cria o rastreamento da produção e consumo de medicamentos por meio do controle eletrônico por códigos de barra; e o PLS 139/06, do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que permite o uso da videoconferência no interrogatório de presos.

### Socorro às vítimas das enchentes

Foi aprovado na final da madrugada de hoje o Projeto de Lei de Conversão 32/08, proveniente da MP 448/08, que destina R\$ 1,6 bilhão para o socorro às vítimas e para a reparação de prejuízos provocados pelas chuvas recentes no país.

Conforme alteração acolhida pela Câmara dos Deputados, metade do valor será destinada especificamente ao estado de Santa Catarina e a outra metade poderá ser usada pelo restante do país.

### Acolhidos seis acordos internacionais

O Senado aprovou seis acordos internacionais. O PDS 94/08 trata da criação do Visto Mercosul; o PDS 108/08, do Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário; o PDS 120/08, do Tratado de Extradução entre Brasil e Líbano; o PDS 138/08, do Acordo entre Brasil e Alemanha sobre o Estatuto de Instituições Culturais; o PDS 208/08, do acordo com a Espanha sobre reconhecimento de carteiras de habilitação; o PDS 271/08, do Convênio de Subscrição de Ações firmado com a Corporação Andina de Fomento.

### Presidente do Supremo vai comandar CNJ

O Plenário aprovou a proposta de emenda à Constituição estabelecendo que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) será presidido pelo representante do Supremo Tribunal Federal (STF) no órgão. Caberá a ele votar no caso de empate nas decisões.

Conforme a proposta (PEC 22/06), o presidente do Supremo será o representante nato dessa corte no CNJ. A PEC, de Demostenes Torres (DEM-GO), depende ainda de votação na Câmara dos Deputados.

### Organização da Defensoria Pública do DF

O Plenário aprovou em primeiro turno, na madrugada de ontem, a proposta de emenda à Constituição que transfere da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter sua defensoria pública, como ocorre em todos os estados.

Do senador Gim Argello (PTB-DF), a proposta (PEC 7/08) modifica três artigos da Constituição. O parlamentar salientou que não há razão para a Defensoria Pública do Distrito Federal ser a única a ficar a cargo da União.

## Heráclito lembra centenário de José do Rego Maciel



Heráclito Fortes

O centenário de nascimento do pernambucano José do Rego Maciel foi lembrado na tarde de ontem em discurso do senador Heráclito Fortes (DEM-PI). Em seu pronunciamento ao Plenário, o parlamentar descreveu José do Rego como um "homem público de grande visão e dignidade, que honrou todos os cargos que ocupou".

– Advogado, secretário de Estado da Fazenda, deputado federal e prefeito do Recife foram alguns dos cargos ocupados por José do Rego Maciel e citados pelo senador pelo DEM.

– Dizem que o político nasce; não se faz. José Maciel nasceu político, isto é, homem público – disse Heráclito.

Em apertes, Cristovam Buarque (PDT-DF) e Marco Maciel (DEM-PE) – este último filho de José Maciel – elogiaram o pronunciamento de Heráclito.

## Lucena quer justiça para Cássio Cunha Lima



Cícero Lucena

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB) afirmou acreditar que será justo o julgamento pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do processo de cassação do governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima.

– A verdade é necessária para que se faça a justiça. E a justiça é que a maioria dos paraibanos votou no atual governador.

O senador disse acreditar que o processo de cassação vinha sendo conduzido com muita rapidez, o que impossibilitava a análise do processo como um todo.

– Mas, no julgamento dos embargos de declaração, verifiquei que os ministros estavam mais cautelosos – analisou.

Cássio Cunha Lima, acusado de abuso de poder político e econômico nas eleições de 2006, se mantém no cargo há 14 meses por meio de liminares.

Senador diz que decreto editado cinco dias depois de outro que suspendia embargos por ocupação irregular de área de reserva frustrou a expectativa de agricultores na Amazônia

# Raupp: mudança sucessiva em ato legal prejudica agricultor

Ao criticar as sucessivas alterações feitas pelo Executivo na legislação sobre as infrações e sanções administrativas relacionadas aos crimes ambientais, o líder do PMDB no Senado, Valdir Raupp (RO), lamentou a falta de uma política que "integre os interesses dos produtores rurais da Amazônia com a necessidade de preservação ambiental".

O senador disse que o Decreto 6.514/08, sobre o combate ao desmatamento na Amazônia, assinado em julho pelo presidente Lula, "pegou de surpresa" os agricultores locais, que chamaram a atenção para

"aspectos duvidosos" da norma.

Isso, de acordo com Valdir Raupp, teria levado à edição do Decreto 6.686, publicado no dia 10 de dezembro, que acrescentou ao decreto anterior o artigo 152-A.

Segundo esse dispositivo, os embargos em decorrência da ocupação irregular de áreas de reserva legal não-averbadas, e cuja vegetação nativa tenha sido suprimida até aquela data, estariam suspensos até dezembro de 2009, mediante o



Valdir Raupp

protocolo de pedido de regularização da reserva legal junto ao órgão ambiental competente.

Mas, ressaltou o senador, "o alívio" durou pouco para os agricultores que, no último dia 15, foram surpreendidos com

a publicação do Decreto 6.695, excluindo áreas da região amazônica dos embargos.

– Criou-se uma expectativa que foi frustrada. A insegurança jurídica é danosa para qualquer atividade – criticou.

## Jayme Campos sugere fundação para preservar o Pantanal

O senador Jayme Campos (DEM-MT) propôs a criação de uma fundação, a ser mantida pelo governo federal, que reúna em acervo diversos aspectos da vida do Pantanal como forma de promover estudos que favoreçam a conservação do meio ambiente da região.

Jayme Campos defendeu ainda a elaboração de um código internacional que favoreça a proteção do Pantanal, tendo em vista que o ecossistema, que



Jayme Campos

se estende pelo Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bolívia e Paraguai, vem sendo afetado pelo desmatamento das matas ciliares, pelo assoreamento dos rios e pelo lançamento de esgoto nos cursos de água.

– A região tem peculiaridades e necessidades biológicas específicas. A mão do homem tem que ser serena e invisível para extrair as riquezas do local sem causar danos – afirmou o senador pelo Mato Grosso.

## Mozarildo terá dados sobre repasses ao CIR

O Plenário aprovou requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) solicitando informações ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o resultado da análise das contas e repasses de recursos, no período de 1999 a 2008, da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) ao Conselho Indígena de Roraima. O requerimento será encaminhado pela Mesa ao presidente do TCU, ministro Ubiratan Aguiar.

## Renan pede sanção do projeto da microempresa



Renan Calheiros

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) fez ontem, em Plenário, um apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que sancione, ainda neste ano, o Projeto de Lei Complementar 2/07, que aperfeiçoa a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Caso o projeto se torne lei até 31 de

dezembro, observou, os benefícios previstos na proposta já valerão para o ano de 2009.

Renan registrou ainda sua satisfação com a decisão de caráter liminar do Supremo Tribunal Federal, de manter o piso salarial de R\$ 950 para os professores de todo o país.

## Mão Santa: cidade-símbolo do Fome Zero está na miséria



Mão Santa

O senador Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que o município de Guaribas, no Piauí, escolhido para acolher o projeto-piloto do Programa Fome Zero, apresenta hoje o pior produto interno bruto (PIB) per capita entre os mais de 5 mil municípios brasileiros – conforme recente pesquisa

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

– Guaribas foi escolhida para ser a cidade-símbolo do Fome Zero, mas continua atolada na miséria. Isso demonstra a incompetência dos governos federal e estadual – declarou.

## Valter Pereira elogia trabalho da CPI da Pedofilia

Ao fazer uma avaliação da sessão legislativa que se encerra, o senador Valter Pereira (PMDB-MS) apontou os resultados da CPI da Pedofilia entre os maiores avanços do Senado no ano de 2008.

Valter elogiou o trabalho do presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), presente no Plenário no momento do pronunciamento.

– Um esqueleto guardado nos armários da crueldade e da vileza foi fustigado, desentranhado por uma CPI que parecia sem rumo e começou a remexer as práticas mais deletérias – disse ele.

O senador Magno Malta, por sua vez, destacou a assinatura do termo de compromisso entre a CPI e prestadoras de serviços de telecomunicações, além de órgãos de controle. A parceria tornará mais ágil o acesso a dados de pedófilos que atuam na internet.

## Subcomissão aprova relatório sobre IVA-Nacional

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) comunicou a aprovação pela Subcomissão Temporária de Reforma Tributária do relatório de sua



Valter Pereira



Francisco Dornelles

autoria que propõe a criação do Imposto sobre o Valor Adicionado Nacional (IVA-Nacional). O texto, acolhido na quarta-feira, foi entregue ontem à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O IVA-Nacional engloba quatro tributos federais – a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS); a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide); e a Contribuição Social do Salário Educação – e ainda os estaduais Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias  
**1º Secretário:** Efraim Morais  
**2º Secretário:** Gerson Camata  
**3º Secretário:** César Borges  
**4º Secretário:** Magno Malta  
**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • César Borges • Mão Santa • Epitácio Cafeteira • Francisco Dornelles

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
**Chefia de Reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira  
**Edição:** Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli  
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Davi Emerich (61) 3311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Morais  
**Tratamento de imagem:** Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
**Arte:** Cirilo Quartim e Oscar  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.  
 CEP 70165-920

## Aprovado empréstimo de US\$ 85 milhões para rodovias no Pará

Os senadores aprovaram ontem em Plenário a contratação de empréstimo externo no valor de US\$ 85 milhões pelo governo do Pará para o financiamento parcial do Programa de Infra-Estrutura Rodoviária do estado.

O empréstimo, garantido pelo Tesouro Nacional, será concedido pela

**Empréstimo garantido pelo Tesouro será concedido pela Corporação Andina de Fomento**

(CAF). O projeto prevê a participação do estado do Pará com montante de recursos aproximadamente igual ao valor financiado, ou seja, US\$ 75,4 milhões.

O Programa de Infra-Estrutura Rodoviária do Pará tem por objetivo promover o desenvolvimento regional mediante a pavimentação e reabilitação de

vias secundárias, interligando comunidades rurais e municípios paraenses com estradas já pavimentadas (federais e estaduais).

Promoverá a expansão da malha rodoviária estadual, implantando e pavimentando 407 quilômetros em 11 trechos rodoviários, abrangendo diversas comunidades e municípios do estado.

Também ontem, antes de seguir a Plenário, a proposta foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

### Desembolso

A operação tem a garantia do Tesouro Nacional. Segundo o projeto de resolução sobre a matéria, apresentado pelo relator na CAE, senador Delcídio Amaral (PT-MS), o prazo de desembolso será de 36 meses, contados da data de assinatura do contrato, com aplicação de juros semestrais, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela taxa de juros de referência do mercado interbancário de Londres

(Libor) para operações de seis meses, acrescida de uma margem de 1,5%.

### Garantia

A garantia do Tesouro fica condicionada à comprovação do atendimento dos requisitos relativos à elegibilidade de todos e de cada um dos projetos que integram o programa, bem como de prova de contratação de uma empresa independente de reconhecida comprovação técnica para realização de auditoria externa.

## CAE adia votação do projeto das filantrópicas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou a votação do projeto de lei do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que substituiu a Medida Provisória 446/08, conhecida como MP das Filantrópicas. A matéria foi devolvida ao Poder Executivo pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves. O projeto já recebeu voto favorável do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO).

A medida provisória recebeu duras críticas porque renovava automaticamente as certidões de entidades filantrópicas, inclusive as acusadas de cometer fraudes com a finalidade de obter benefícios fiscais. Com a devolução da MP, Romero Jucá, líder do governo no Senado, apresentou o projeto (PLS 462/08), buscando corrigir as distorções sobre a certificação das entidades beneficentes. A proposta também regula os procedimentos de isenção de contribuições de entidades filantrópicas para a Seguridade Social.

Apesar da insistência do senador Flávio Arns (PT-PR), que pediu a votação do projeto pela CAE, o presidente da comissão, Aloizio Mercadante, informou que não poderia colocar a matéria em votação. Ele explicou que Raimundo Colombo (DEM-SC), que pediu vista do projeto, não o devolveu ainda à secretaria do colegiado.



Em audiência pública na CAE, presidida por Aloizio Mercadante (D), senadores pediram a Henrique Meirelles (2º à dir.) redução dos juros

## País vai crescer em 2009 acima da média mundial, diz Meirelles

Presidente do BC afirma que instituição vem adotando medidas para que *spreads* e crédito retornem ao patamar normal, a fim de que empresas e consumidores não sejam afetados de forma vigorosa

O BRASIL ESTÁ sendo afetado pela crise financeira mundial, especialmente com relação à falta de crédito externo, reconheceu ontem o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ele ressaltou, entretanto, que o governo vem adotando medidas "rápidas e enérgicas" para que os *spreads* bancários, elevados pela crise de liquidez, bem como a oferta de crédito retornem ao patamar normal, a fim de que as empresas e os consumidores não sejam atingidos de forma vigorosa.

Apesar da crise, Henrique Meirelles garantiu aos senadores que o país vai crescer no próximo ano "acima da média mundial". Ele observou que a avaliação é do próprio Banco Central. Mas não quis adiantar o percentual, informando que o BC irá divulgar a taxa de crescimento na próxima segunda-feira, além de

outros dados econômicos.

### Juros altos

Os senadores presentes queixaram-se das altas taxas de juros no país e da cobrança de elevados *spreads* bancários (diferença entre o custo de captação de dinheiro por um banco e a taxa de juros por ele cobrada dos tomadores de empréstimos), que foram agravados com a chegada da crise no país.

O presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), estranhou que o Comitê de Política Monetária (Copom) tenha mantido, na sua última reunião do ano, a taxa Selic em 13,75%.

– Manter a taxa de juros em 13,75% não se coaduna com o agravamento da crise mundial que assola todo o planeta, cujos efeitos negativos já começam a atingir a economia brasileira. Empresas estão dando férias coletivas e as

demissões já começaram – assinalou Mercadante.

Em resposta, Henrique Meirelles disse que o Banco Central vem agindo de forma "preventiva" no intuito de manter o "crescimento sustentável", e que as razões de manter a taxa Selic no patamar de 13,75% "estão explicitadas na ata do Copom".

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Renato Casagrande (PSB-ES) pediram a redução do *spread*. Para Casagrande, o *spread* altíssimo inibe os investimentos e o desenvolvimento. Adelmir Santana (DEM-DF) também sugeriu que o BC adote "taxas mais civilizadas" de juros e de *spread*.

Raimundo Colombo (DEM-SC) fez coro com relação à redução das taxas de juros e do *spread*, consideradas por ele como "exageradas". Mas o senador, que é da oposição, elogiou o trabalho de Meirelles à frente do Banco Central.

## Criada subcomissão para recessão

Na última reunião do ano, realizada ontem, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou a criação de uma subcomissão permanente que funcionará no âmbito do colegiado para debater medidas de combate à recessão e ao desemprego, bem como sugerir propostas concretas para a solução desses problemas. Caberá ao próximo presidente da CAE, a ser eleito em fevereiro de 2009, definir os planos de trabalho da subcomissão, proposta pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES).

Durante o encontro, o presidente da comissão, Aloizio Mercadante, fez um balanço dos trabalhos da comissão ao longo do ano, o qual considerou "intenso e profícuo". Informou que o colegiado realizou 78 reuniões, sendo 54 ordinárias e extraordinárias e 24 audiências públicas. Ao todo, a CAE analisou 372 matérias e aprovou 331 proposições, entre projetos, indicações e pedidos de empréstimos.

## CAE aprova Mega-Sena para vítimas de enchentes

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em decisão terminativa, autorização para que a Caixa Econômica Federal realize um concurso especial da Mega-Sena com o objetivo de destinar 47,37% dos recursos arrecadados ao governo do estado de Santa Catarina, para socorro às vítimas das enchentes no estado.

Pelo projeto (PLS 461/08), de autoria do senador Raimundo Co-

lombo (DEM-SC), dos recursos arrecadados seriam garantidos 44,02% para remunerar os ganhadores do concurso, destinando-se o restante a atender às vítimas das enchentes de Santa Catarina.

Em seu parecer favorável, Valdir Raupp (PMDB-RO) acrescentou emenda para excluir a remuneração dos agentes lotéricos, no valor de 8,61%, da parte que será doada. Assim, 47,37% do que for arrecada-

do serão destinados a socorrer os desabrigados.

A proposta terá ainda que ser analisada e aprovada pela Câmara dos Deputados para que a Caixa possa proceder à realização do concurso.

As enchentes em Santa Catarina configuram desastre natural que já matou 116 pessoas e deixou 78 mil desabrigadas em vários municípios do estado.



Pelo projeto de Raimundo Colombo, Caixa destinará 47,37% a SC



Mozarildo defende direitos de moradores

## Apelo por não-índios de reserva

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu ontem que antigos ocupantes da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, localizada em Roraima, mesmo não sendo indígenas, possam continuar coabitando na reserva com os índios.

O senador fez uma reflexão sobre a ação que o Supremo Tribunal Federal (STF) está julgando para decidir sobre a demarcação contínua da área.

Mozarildo assinou que os não-índios fazem parte de grupos que moram e trabalham na área há três ou quatro gerações.

O senador afirmou que nem ele, nem Augusto Botelho (PT-RR) ou o governo do estado são contra a reserva. Salientou que o que eles defendem é a sua demarcação de forma contínua e não-excludente.

Ele disse que os habitantes casados ou unidos a índios estão sendo reconhecidos pelo STF como pertencentes às aldeias, mas, em sua opinião, seria necessário que também fossem amparados os direitos de 500 famílias que estão sendo expulsas da reserva. Elas até já formaram a Associação dos Excluídos da Raposa Serra do Sol.

### Indenização

– Essas pessoas estão sendo retiradas de lá com uma indenização imoral e sendo assentadas de forma indigna em assentamentos do Incra, sem nenhum tipo de assistência, “coisas que só têm paralelo na História na Alemanha de Hitler e na Rússia de Stalin”.

A sessão do Supremo Tribunal Federal (STF) que julga a legalidade da demarcação contínua da reserva foi suspensa no dia 10, sem data para recomeçar.

Magno Malta anunciou que Vivo, Claro, Telefônica e Embratel serão obrigadas por força de lei a comparecer à comissão para firmar termo de cooperação

# CPI convocará empresas que não assinaram acordo

AS EMPRESAS DE telecomunicações que não compareceram à Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia nessa quarta-feira para assinar o termo de cooperação mútua que visa agilizar o fornecimento de dados sobre internautas investigados por pedofilia serão convocadas a firmar o documento, afirmou o presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES).

Segundo o senador, deverão ser obrigadas sob força da lei a comparecer à comissão as empresas Vivo, Claro, Telefônica e Embratel, e a Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet (Abranet).

Malta também repudiou a divulgação de nota à imprensa na qual Vivo, Claro e Telefônica dizem apoiar o documento, mas não explicam por que faltaram à cerimônia de assinatura do termo. Na ocasião, o senador elogiou as empresas TIM, Oi/Telemar e Brasil Telecom, que mandaram



Termo visa agilizar fornecimento de dados sobre investigados, diz Malta

representantes na quarta-feira. O documento também foi assinado pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, pelo presidente da CPI, por representantes da Polícia Federal, do Ministério Público, do Comitê Gestor da Internet e da Safernet Brasil.

Virgínio de Carvalho (PSC-SE) disse acreditar que o conjunto de empresas de telecomunicação e de provedoras de inter-

net ainda assinará o acordo.

### PEC dos Vereadores

Malta também comentou a recusa da Mesa Diretora da Câmara em promulgar a PEC 20/08, que amplia em mais de 7 mil o número de vereadores do país. Para o senador, o episódio ensina que “muitos problemas são gerados quando o Legislativo se omite e deixa espaço para o Judiciário legislar”.

– Se o Congresso já tivesse feito a reforma política, não estaríamos vivendo essas questões. Agora, a Câmara dos Deputados terá que encontrar uma solução para o problema.

Em aparte, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) defendeu a atitude da Câmara.

– O Senado mudou a PEC, retirou um artigo. E a Câmara dos Deputados tem todo o direito, por decisão da Mesa Diretora, de querer que a matéria tenha uma tramitação normal – afirmou.

## “Projeto sobre homofobia precisa de mais debate”

Na opinião de Magno Malta (PR-ES), foi realizada uma “manobra” para aprovação, na madrugada de ontem, do chamado projeto contra a homofobia. O senador disse ter recebido um aviso, às 5h, sobre um requerimento assinado pelos líderes partidários para a concessão de regime de urgência para o projeto (PLS 122).

Malta ressaltou que, após confirmar a existência do documento, conversou com cada um dos líderes que acabaram por retirar suas assinaturas. Para Malta, o fato mostra que “a proposta não foi devidamente debatida pelos senadores”.

## Prefeito acusado de pedofilia será chamado para depor

O prefeito de Coari (AM), Adail Pinheiro, será convocado pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia para depor. O prefeito é acusado de abusar sexualmente de uma menina de 12 anos. Também foi acolhido convite ao superintendente da Polícia Federal do Amazonas, Sérgio Fontes, e à mãe da menor, Ana Célia de Souza, que deverão falar aos senadores sobre o assunto.

A convocação de Adail Pinheiro foi sugerida pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). Conforme justificação do requerimento, as denúncias contra o prefeito foram feitas pela mãe da adolescente em

depoimento à Polícia Federal (PF). Ana Célia de Souza acusou Pinheiro de violência sexual contra sua filha. Ela também informou à PF que estaria sendo ameaçada por autoridades de Coari e pressionada a retirar as acusações.

O presidente da CPI, Magno Malta, informou que a reunião para tratar das denúncias contra o prefeito de Coari deverá ocorrer no início de fevereiro.

A comissão também aprovou requerimento para realização de diligência no Pará, para acompanhar denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes, ocorridas naquele estado.

## Senado prorroga trabalhos de comissões temporárias

O Senado prorrogou os prazos para a conclusão dos trabalhos de duas comissões externas temporárias criadas em 2008: Transposição do Rio São Francisco e Risco Ambiental em Municípios Relacionados pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Ambas têm agora até o final da sessão legislativa de 2009 para realizar seu trabalho.

A comissão instalada para acompanhar o projeto de transposição do rio São Francisco foi criada em 27 de agosto, por requerimento do senador Cícero Lucena (PSDB-PB) – que presidiu os trabalhos do colegiado. Lucena justifica a instalação da comissão em razão do volume de recursos investidos nas obras e o interesse de vários estados da região.

Já a Comissão Temporária Risco Ambiental em Municípios Relacionados pelo Inpe foi criada a pedido de Jayme Campos (DEM-MT) em 10 de abril deste ano, para verificar os problemas ambientais que afetam os 31 municípios da Amazônia com maiores índices de desmatamento, segundo levantamento do órgão.

## Comissão permanente vai debater aquecimento global

Senadores e deputados aprovaram a criação da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, que tem como objetivo monitorar e fiscalizar as ações implementadas no Brasil para amenizar os impactos do aquecimento global.

A proposta de criação da comissão (PRN 5/08) foi assinada por 115 parlamentares, tendo como primeiro signatário o senador Renato Casagrande (PSB-ES). O novo colegiado, que deve ser instalado no início de fevereiro, será formado por 11 deputados e 11 senadores, a serem indicados pelos partidos, para atuação por dois anos.

Os parlamentares destacam como experiência positiva a atuação da comissão mista especial sobre o tema que atuou desde o início de 2007. Eles consideram que a criação de um colegiado permanente que concentre os esforços do Congresso se justifica pela natureza dos problemas ambientais enfrentados nos dias atuais, que exigem “soluções coordenadas e de longo prazo”.

## Regras para aprovação de autoridades

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem, em decisão terminativa, substitutivo de Marco Maciel (DEM-PE) a vários projetos determinando que, além das autoridades máximas das agências reguladoras, somente serão submetidos à aprovação prévia do Senado os nomes dos dirigentes das dez autarquias e fundações públicas federais com maior dotação orçamentária anual e das dez empresas públicas federais com maior dotação orçamentária.

As entidades federais de ensino estão excluídas da proposta. Maciel inseriu no substitutivo o conteúdo dos projetos de Lei do Senado 242/05, de Tião Viana (PT-AC); 308/07, de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR); 407/05, de Wellington Salgado (PMDB-MG); e 587/07, de Delcídio Amaral (PT-MS).

A CI aprovou ainda substitutivo de João Tenório (PSDB-AL) a projeto de lei (PLS 416/05) de Osmar Dias (PDT-PR) que estimula a utilização de combustíveis de origem vegetal na aviação brasileira.

Também foi aprovado voto de João Tenório favorável ao projeto (PLS 327/06) do ex-senador João Alberto que muda o regime de outorga dos portos secos, os quais passam a depender de licença. Esse projeto vai ao exame da CAE.



Herbert Drummond (E), Marconi Perillo, Hubner Moreira e Tiago Lima em reunião da CI

## Comissão acolhe indicados para Aneel e Dnit

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou mensagem da Presidência da República com a indicação do engenheiro Nelson José Hubner Moreira para exercer o cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Ele foi secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia.

Hubner recebeu elogios de Lobão Filho (PMDB-MA), relator *ad hoc* da mensagem. O senador disse que o indicado coordenou a elaboração dos programas na área de energia elétrica do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Heráclito Fortes (DEM-PI) também elogiou Hubner.

Foi aprovado ainda pela CI o nome de Herbert Drummond para o cargo de diretor de Infra-Estrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). Herbert já exerceu, entre outros cargos, o de diretor-geral da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasp).